



PUC Minas

Conjuntura Internacional

ano 2 • nº 18 • 11 a 17/09/2005 • ISSN 1809-6182

CENÁRIOS PUC MINAS

Resenhas

14/09/2005 – Relatório da Agência Internacional de Energia Atômica sobre o Irã acirra debate nuclearp.01

Relatório da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) sobre programa nuclear iraniano acirra debate em torno do provável encaminhamento da questão para o Conselho de Segurança da ONU.

15/09/2005 – Divulgado relatório do Programa Petróleo por Comidap.04

Divulgado o terceiro relatório parcial acerca das denúncias de corrupção no programa Petróleo por Comida. Dentre as conclusões do documento estão a participação de altos funcionários da ONU em atividades ilícitas e a conivência da organização quanto ao desvio de petróleo realizado por Saddam Hussein.

Especial

15/09/2005 – China – Sistema Político Vigentep.06

No dia 1º de outubro do ano de 1949, Mao Tsé-tung decretou a vitória da revolução comunista na China. Foi criada, assim, a República Popular da China, e progressivamente implantada uma estrutura política particular neste país. O Partido Comunista da China (PCC) tem dirigido o país desde então, sem nenhuma tolerância às forças opositoras.

Relatório da Agência Internacional de Energia Atômica sobre o Irã acirra debate nuclear

Resenha
Segurança

Rafaella Arruda Melo Pereira
14 de setembro de 2005

Relatório da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) sobre programa nuclear iraniano acirra debate em torno do provável encaminhamento da questão para o Conselho de Segurança da ONU.

O relatório acerca do programa nuclear iraniano divulgado no dia 3 de setembro pelo Diretor-geral da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), Mohamed El Baradei, revela que não há confirmação de que o Irã esteja enriquecendo urânio, mas sim desenvolvendo atividades de conversão desse material. Tal conversão, segundo o relatório, seria uma etapa prévia ao enriquecimento que, por sua vez, possibilitaria a fabricação de armamento nuclear.

Para as autoridades iranianas, o relatório da AIEA (órgão pertencente à Organização das Nações Unidas - ONU) mostrou-se bastante ambíguo, sem coerência e sem precisão de argumentos, além de possuir repetidas referências a pontos irrelevantes. Porém, para os Estados Unidos e os três países europeus que compõe a UE3 (Grã Bretanha, Alemanha e França), a declaração da AIEA de que o Irã prossegue seu programa nuclear sem a confirmação de que este se destine a fins exclusivamente civis já se mostra argumento suficiente para submeter o caso ao Conselho de Segurança da ONU, o qual é capaz de

impor sanções econômicas ao país.

O Irã, como signatário do Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP), se nega a suspender suas atividades de conversão de urânio, alegando que tal programa destina-se apenas à produção de eletricidade, atividade que é permitida a todos os membros do TNP.

Enquanto isso, os EUA e os países da UE3 procuram formar uma ampla coalizão que pressione o Irã na próxima reunião do Conselho de Governadores da AIEA, que ocorrerá a 19 de setembro em Viena. O programa nuclear iraniano estará no topo da agenda de discussão.

A intenção desses países é de que ocorra um consenso entre os membros da AIEA sobre o encaminhamento do caso iraniano ao Conselho de Segurança da ONU. Porém, países como Paquistão, Brasil, México, Argentina, Malásia, África do Sul e Índia, mostram-se desfavoráveis a apoiarem a decisão de encaminhar o programa iraniano ao Conselho de Segurança. Além disso, Rússia e China, países com poder de veto no Conselho de Segurança da ONU, também acreditam ser prematura a decisão de submeter o Irã



a tal medida, alegando que a continuidade de negociações diante da AIEA possibilitará o estabelecimento de diretrizes conjuntas que solucionem o impasse.

Tal ameaça quanto à impossibilidade de se alcançar um consenso dentro do Conselho de Governadores da AIEA tem levado os EUA e os países da UE3 a adotarem uma nova estratégia na qual uma simples maioria seria suficiente para levar a questão ao Conselho de Segurança. Segundo oficiais da Agência Internacional de Energia Atômica, apesar da decisão por maioria simples ser a atitude legalmente aceita, a busca por um consenso entre os membros é o processo que tradicionalmente tem vigorado no âmbito da AIEA, o que torna essa estratégia buscada pelos EUA e a UE3 divergente das utilizadas em grande parte nas negociações anteriores.

As autoridades iranianas alegam que seu país tem se mostrado disposto a negociações amplas no Conselho da AIEA, cooperando com as inspeções da agência e com os debates acerca do programa desenvolvido. Mas para os representantes iranianos, tal cooperação só permanecerá caso as sessões de negociação assumam caráter técnico e legal, eliminando motivações políticas e abrangendo número considerável de países que não apenas os Estados Unidos e representantes da UE3.

Analistas iranianos consideram que se de fato o programa nuclear nacional for submetido ao Conselho de Segurança da ONU, haverá por parte do Irã a ameaça de retirada do Tratado de Não Proliferação Nuclear e o impedimento de futuras inspeções internacionais às suas instalações de conversão de urânio.

Além disso, a submissão do Irã ao Conselho de Segurança da ONU e as possíveis sanções econômicas aplicadas ao país poderiam ocasionar altas consideráveis no preço do petróleo a partir da ameaça nacional de diminuição

do nível de exportações, uma vez que o país é um dos maiores produtores mundiais dessa fonte de energia.

Durante essa semana, o presidente iraniano, Mahmoud Ahmadinejad, e o negociador nacional para assuntos nucleares, Ali Larijani, se reunirão a outros líderes mundiais no encontro da Assembléia Geral da ONU, em Nova York. Durante seu discurso na Assembléia Geral, o presidente iraniano deverá apresentar uma nova proposta à solução do impasse nuclear com o Ocidente, se dispondo a cooperar com a ONU e tentando evitar a submissão da questão ao Conselho de Segurança. Além desse discurso, outras reuniões bilaterais realizadas em Nova York também estarão na agenda do presidente iraniano. Atento ao encontro da AIEA que na próxima semana buscará definir o destino da questão nuclear do país, Ahmadinejad se reunirá, dentre outros, com o Secretário Geral da ONU, Kofi Annan, e com o presidente da Rússia, Vladimir Putin.

Referência

Sites:

AIEA News

<http://www.iaeanews.com/>

BBC

<http://www.bbc.co.uk/>

FolhaOnline

<http://www.folhaonline.com.br/>

International Herald Tribune

<http://www.iht.com/>

Swiss Info

<http://www.swissinfo.org/>

Tehran Times

<http://www.tehrantimes.com/>

Ver também:

05/09/2005- [A pressão estadunidense sobre o programa nuclear iraniano](#)

29/08/2005- [Irã retoma atividade nuclear](#)

01/07/2005- [As eleições no Irã](#)

16/06/2005 - [A questão Nuclear no Irã](#)

13/08/2004 - [Programa Nuclear Iraniano pode ser levado ao Conselho de Segurança](#)

Divulgado relatório do Programa Petróleo por Comida

Resenha
Segurança

Sílvia Helena Guilherme Canêdo
15 de setembro de 2005

Divulgado o terceiro relatório parcial acerca das denúncias de corrupção no programa Petróleo por Comida. Dentre as conclusões do documento estão a participação de altos funcionários da ONU em atividades ilícitas e a conivência da organização quanto ao desvio de petróleo realizado por Saddam Hussein.

O líder da comissão que realiza as investigações de corrupção e fraude na gestão do programa humanitário Petróleo por Comida, [ver, [Relatórios de investigação do Programa Petróleo por Comida](#)] Paul Volcker, declarou, em seu terceiro relatório parcial, terem sido encontrados casos de comportamento ilícito, antiético e corrupto na gestão do programa. Ex-chefe do FED (*Federal Reserve Bank*), o banco central estadunidense, Volcker ainda disse que faltam à ONU (Organização das Nações Unidas) mecanismos independentes para fiscalizar a si mesma, sendo necessárias mudanças no sistema de tomada de decisão, prestação de contas e na própria gestão da organização.

O relatório defende uma chefia executiva mais forte, firme e com autoridade para comandar, alegando que as responsabilidades diplomáticas do secretário geral o impediriam de administrar adequadamente a organização.

Uma das principais críticas do texto se dirige à administração do programa humanitário Petróleo por Comida, que não estaria nem a cargo do Conselho de Segurança e nem da Secretaria Geral da

ONU, o que acabou inviabilizando a tomada de importantes decisões quando as coisas começaram a dar errado. Também é citada a falta de preparo da ONU para a gestão do programa humanitário uma vez que a mesma estaria mal equipada para administrar um programa de US\$ 64 bilhões, que foi a maior operação humanitária já feita pela organização.

O inquérito apresentado no Conselho de Segurança ainda critica a ONU por esta ter permitido que Saddam Hussein manipulasse o programa em benefício próprio. Isso demonstraria a falta de controle e de preparo da organização para o gerenciamento do mesmo.

Os detalhes de como o ex-ditador iraquiano teria explorado o sistema e de quais empresas teriam se beneficiado com o contrabando de petróleo devem ser detalhados em outro relatório, a ser divulgado em outubro. O que se sabe é que Saddam Hussein obteve US\$ 10,9 bilhões com a venda ilegal de petróleo sem qualquer impedimento da ONU, então responsável pela supervisão da venda do petróleo do país, além de ter recebido comissões de cerca de US\$ 1,8 bilhão de empresas interessadas em



comercializar petróleo legalmente.

As acusações de corrupção envolvem desde funcionários de alto escalão até aqueles que realizavam trabalho de campo, através do pagamento de propinas pelas empresas que trabalhavam com o programa.

Os principais acusados no documento são o ex-diretor-executivo do programa Benon Sevan, que teria “se beneficiado corruptamente” ao violar regras do programa e um alto funcionário do setor de licitações, Alexander Yakovlev, que teria recebido pagamentos ilícitos e passado informações sigilosas a uma empresa francesa que participava de licitações do programa, juntos os dois teriam recebido mais de US\$ 1 milhão.

Sevan renunciou no domingo, 11 de agosto, ao cargo honorário que ainda ocupava na ONU, mas se disse inocente e acusou o Secretário-Geral da entidade, Kofi Annan, de o estar sacrificando por conveniência política, enquanto Yakovlev admitiu nesta segunda-feira, 12 de agosto, ser culpado das acusações de conspiração, fraude e lavagem de dinheiro, relacionadas ao seu envolvimento no escândalo de corrupção.

Após a apresentação do relatório elaborado pela comissão investigadora independente, o Secretário-Geral, Kofi Annan, assumiu pessoalmente a responsabilidade pelos erros na gestão do programa humanitário, assim como aceitou a acusação de que não teria sido suficientemente competente para exigir uma investigação ao saber que a companhia suíça Conecta, para a qual trabalha seu filho Kojo Annan, teria vencido uma licitação e ganho um importante contrato como parte do programa.

Apesar das acusações de negligência e falhas ao gerir o programa, os resultados das investigações não acusaram Kofi Annan de corrupção, e tampouco de qualquer das irregularidades apuradas, diferentemente do que ocorreu com seu

filho, Kojo Annan.

As investigações concluíram que Kojo Annan teria obtido informações privilegiadas da assistente pessoal do secretário-geral e de seus próprios contatos no escritório da organização acerca dos acordos da ONU no Iraque.

Referência

Sites:

[BBC Brasil](#)

[Folha Online](#)

[The Washington Post](#)

[Times Online](#)

Ver também:

08/07/2005 - [Novos desdobramentos na investigação do Programa Petróleo por Comida](#)

03/04/2005- [Relatórios de investigação sobre o Programa Petróleo por Comida](#)

China – Sistema Político Vigente

Especial
Sistema Político / Eleitoral

Carolina Andressa S. Lima
15 de setembro de 2005

No dia 1º de outubro do ano de 1949, Mao Tsé-tung decretou a vitória da revolução comunista na China. Foi criada, assim, a República Popular da China, e progressivamente implantada uma estrutura política particular neste país. O Partido Comunista da China (PCC) tem dirigido o país desde então, sem nenhuma tolerância às forças opositoras.

Quando se analisa o sistema político chinês, foca-se sua estrutura política, leis fundamentais, regras, regulamentações e práticas que são implementadas, além da regulamentação do poder do Estado, governo, e relação entre o Estado e a sociedade. Nesse sentido, serão apresentadas as principais características e instituições que compõem o sistema político da China.

O governo chinês é dominado por três organizações - o Partido Comunista Chinês, os militares e uma ramificação do governo conhecida como Conselho de Estado. Quase todos os líderes militares e do Conselho de Estado também ocupam altos cargos no Partido Comunista. Assim, o Partido Comunista exerce uma ampla hegemonia política.

Fundado em 1921, o PCC possui atualmente mais de 60 de milhões membros, sendo considerado, assim, o maior partido do mundo. Além disso, possui mais de 3 milhões de organizações espalhadas pelo território chinês. Através dessa rede de organizações, o partido tem influenciado consideravelmente as vidas dos chineses - o que eles aprendem nas escolas, o que assistem na televisão, e até a quantidade de filhos que se é permitido ter. Tudo é controlado pelo partido. A liderança do PCC sobre o país é principalmente política, ideológica e

organizacional, sendo isto refletido nos seguintes aspectos: organiza e exercita a liderança sobre o país nas áreas legislativas e de coerção da lei, detêm a liderança das forças armadas, organiza e mobiliza a sociedade, ressalta a importância da ideologia partidária e da sua política.

Estar ligado ao partido pode trazer certos privilégios aos seus membros. Pode-se destacar: maior acesso a informações, melhores sistemas educacionais, e, não obstante, muitos trabalhos estão disponíveis somente para os membros do partido. Por isso, pode se explicar a contínua aderência da sociedade ao PCC. Além disso, como na China os relacionamentos pessoais são, na maioria das vezes, mais importantes do que as habilidades dos indivíduos, as carreias destes se tornam muito dependentes dos contatos pessoais, incentivando-os a estarem diretamente ligados com o PCC, onde concentra-se grande parte da tomada de decisão.

O princípio básico do PCC é o controle do “centralismo democrático”, o que implica na subordinação de todos os membros do partido à organização partidária. Para ter um maior controle sobre esse centralismo, existe uma enorme rede de organizações, podendo ser visualizada como uma pirâmide. Ou seja, organizações locais que



são subordinadas a outras organizações que detêm maior poder, e assim sucessivamente, até se chegar ao topo do corpo organizacional do partido, em Beijing. Todos os membros do partido são subordinados, então, ao Congresso Nacional do Partido (órgão supremo do partido) e ao Comitê Central do Partido. Outros órgãos importantes do PCC são a Secretaria Administrativa e o Departamento Organizacional.

O Congresso tem cerca de dois mil representantes, sendo estes escolhidos pelos membros do PCC, em todo o país. Contudo, o Congresso Nacional do Partido não possui tanto poder quanto aparente. Em geral, ele aprova automaticamente as diretrizes políticas nacionais traçadas pelo Comitê Central do partido e pelo Politburo. O Comitê Central é formado por cerca de 200 líderes do partido.

O Politburo é o Comitê Político, o nexos de todos os poderes da China. Todas as decisões relevantes são discutidas neste Comitê. Ele é formado por vinte e cinco homens eleitos pelo Comitê Central do Partido e possui um Comitê permanente formado pelos mais altos membros do partido.

Contudo, o poder real encontra-se no Comitê Permanente constituído por nove membros, que trabalha como um tipo de Câmara interna junto ao grupo dos líderes mais influentes do país. O modo pelo qual o Comitê Permanente opera é secreto e não muito claro. Suas reuniões são regulares e frequentes. A ênfase está sempre em alcançar um consenso, mas se nenhum consenso for alcançado, a escolha da maioria será a definitiva. Uma vez que uma decisão foi tomada, todos os membros são limitados por ela. Os membros do Comitê Permanente, geralmente, estão envolvidos com outras esferas da política chinesa, participando, assim, da Secretaria Geral do Partido, Assembléia Popular Nacional, Comitê Disciplinar, etc. Assim, na prática, este

Comitê Permanente é o órgão decisório mais poderoso do Partido Comunista da China.

O presidente do PCC também é o presidente tanto do Politburo como do Comitê Central. Quando o Comitê Central não está em sessão, o Departamento Político do Comitê Central e o Comitê Permanente exercem as funções e os poderes do Comitê Central. Existe ainda um órgão militar do partido, a Comissão Militar Central.

Existe, também, a Comissão Disciplinar. Ela inspeciona os trabalhos sob a liderança da Comissão Central do Partido, atuando nos âmbitos centrais organizacionais e no âmbito local. Caso os membros do PCC sejam suspeitos de corrupção, má gestão ou a quebra de parâmetros dos PCC, eles são avaliados internamente ao partido. Assim, frequentemente os membros mais poderosos do PCC podem proteger-se dos inquéritos públicos, uma vez que não é permitido, no PCC, o monitoramento externo de ações sobre os membros do partido. Ou seja, é o partido quem investiga o próprio partido.

O sistema eleitoral refere-se ao modo como os cidadãos escolhem as pessoas que trabalham no Estados. Aqui, o sistema eleitoral da China é concernente às eleições dos deputados da Assembléia Popular Nacional (APN). As eleições de tais deputados incluem eleições locais, e das forças armadas.

O direito ao voto é dado a todos os cidadãos que atingiram os 18 anos, não sendo levado em consideração o status étnico, a raça, o sexo, a ocupação, a linhagem da família, a opinião religiosa, a instrução.

O princípio básico do processo eleitoral chinês está na proporcionalidade de suas representações. Por exemplo, nas regiões rurais (as mais populosas na China) a cada 960 mil pessoas se elege um delegado. Nas cidades, a proporção é de um para cada 240 mil. Mas, há algumas exceções, devido às peculiaridades da

China, como o tamanho de sua população e território. Segundo o critério da proporcionalidade populacional, Macau teria apenas dois representantes. Porém, para garantir a participação popular de seus habitantes nos assuntos políticos do país, seu quadro foi ampliado para 12 delegados.

O mesmo critério é aplicado para as etnias minoritárias chinesas. Além da etnia *han*, majoritária em todo o País, há outras 55 minorias nacionais que estão representadas por 415 delegados. Todas, inclusive aquelas com pouco mais de mil integrantes, têm o seu direito de participação garantido na administração dos assuntos do Estado, por intermédio de uma vaga na APN.

A China adotou sua constituição atual em 1978, é a lei fundamental do Estado. Ela exorta o povo chinês a concentrar seus esforços na modernização da agricultura, da indústria, do aparato militar, da ciência e da tecnologia. Segundo esta, o órgão que detém mais poder na China é o Parlamento, conhecido como Assembléia Popular Nacional. A Assembléia é composta por quase três mil delegados eleitos por províncias chinesas, assim como por regiões autônomas, municípios e pelas forças armadas. É ela quem possui o poder de alterar a constituição e criar leis.

Os delegados da APN são organizados em delegações de acordo com as unidades das quais foram eleitos. Cada delegação possui um presidente e um vice-presidente. A APN é eleita para um mandato de cinco anos e possui uma reunião ordinária anualmente. Isso pode significar que a influência real do poder chinês está concentrada no Comitê, que é formado por cento e cinquenta membros eleitos pelos delegados da Assembléia. Este Comitê se reúne mensalmente, e é um órgão permanente da APN. Quando a APN não está em sessão, o Comitê se torna o órgão mais poderoso. Uma outra característica desta Legislatura está na

participação dos representantes dos setores privados.

São algumas funções e poder exercido pela APN:

- (1) Reformar a Constituição. A reforma constitucional deve ser proposta pelo Comitê da APN ou por mais de um quinto dos deputados da Assembléia. Para ser ratificada tal reforma ou emenda deve ser aceita por mais de dois terços dos deputados da APN.
- (2) Supervisionar a aplicação da Constituição;
- (3) Decretar e reformular as leis básicas;
- (4) Eleger o presidente e o vice-presidente da República Popular da China;
- (5) Eleger o presidente da Comissão Militar Central;
- (6) Eleger o presidente da Corte Suprema Popular;
- (7) Eleger o Procurador-Geral da Procuradoria Suprema Popular;
- (9) Examinar e aprovar projetos para o desenvolvimento econômico e social nacional, assim como o relatório para sua execução;
- (10) Examinar e aprovar o orçamento do Estado e o relatório de sua execução;
- (11) Alterar ou anular as decisões impróprias do Comitê da APN;
- (12) Aprovar o estabelecimento das províncias, de regiões autônomas, e de municipalidades diretamente sob o governo central;
- (13) Decidir sobre o estabelecimento de regiões administrativas especiais e dos sistemas a serem instituídos nessas áreas;
- (14) Decidir questões de guerra e de paz; dentre outras funções.

Um outro órgão é o Conselho do Estado. É um gabinete que inspeciona a vasta máquina do governo chinês. Está situada no alto da complexa estrutura burocrática (composta pelas comissões e pelos ministérios). O Conselho do Estado é responsável por certificar se de que a política partidária seja executada do nível nacional ao nível local. Os papéis mais importantes do Conselho do Estado são esboçar e controlar o planejamento econômico nacional assim como o do

orçamento do Estado. O Conselho completo encontra-se com a frequência de uma vez ao mês, mas o Comitê Permanente mais influente se junta mais frequentemente, geralmente duas vezes por semana. Este Comitê é composto pelo primeiro ministro do país, por quatro vice-ministros, pelos conselheiros do Estado e do Secretário Geral.

Para finalizar, é importante ressaltar as forças armadas da China: *People's Liberation Army* (PLA), que defende tanto o PCC quanto as fronteiras nacionais. Os líderes do partido sabem que precisam da atuação e apoio da Comissão Militar para garantir sua sustentação. Ao mesmo tempo, os líderes militares são conscientes de que necessitam do revestimento protetor da liderança partidária pois, somente assim poderiam angariar recursos para modernizar as forças armadas. Estão sendo feitas reformas nas forças armadas desde de 1980s, que têm resultado em formação de militares mais profissionais, e não tão políticos, como o era anteriormente às reformas. A ênfase está sendo posta sobre a melhora no treinamento militar assim como em armas mais modernas. Entretanto, a posição das forças armadas como defensora do PCC nunca a desvinculará da arena política. Os oficiais e os homens devem declarar sua lealdade aos princípios partidários, estudar seus ensinamentos dentre outras tarefas.

A estrutura política chinesa pode ser vista, a princípio, como uma estrutura piramidal, onde as organizações partidárias se encontram do topo. Nunca houve um processo eleitoral competitivo na China, visto que, é na relação patriarcal, ou seja, em laços familiares, que se baseia a seleção de postos de poder dentro da estrutura política. Podemos dizer que dentro do sistema político vigente na China o poder político está concentrado no Legislativo, que governa o país com o respaldo do PCC. As leis, procedimentos e organizações da China refletem uma mistura complexa de prioridades do partido, de um sistema

inspirado no modelo soviético, e de uma gama de legislações novas que visam transportar a economia, modernizando-a, de forma a aproximá-la dos modelos que atraem os investidores. Entretanto, as aspirações do partido ainda estão em posição privilegiada na formação processual e da legislatura. Para o PCC, as leis são vistas mais como uma maneira de controlar a economia e a vida da população, do que como proteção a direitos individuais.

Referência

Sites:

BBC NEWS

<http://news.bbc.co.uk>

China Internet Information Center

<http://www.china.org.cn>

Conjuntura Internacional

Pontifícia Universidade Católica – MG

Presidente da Sociedade Mineira de Cultura: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Grão-Chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor: Prof. Eustáquio Afonso Araújo

Vice-reitor: Pe. Joaquim Giovanni Mol Guimarães

Assessor especial da reitoria: Prof. José Tarcísio Amorim

Chefe de Gabinete do Reitor: Prof. Osvaldo Rocha Tôrres

Conjuntura Internacional

Chefia do Depto de Relações Internacionais: Prof. Paulo Esteves

Coordenação do Curso de Relações Internacionais: Prof. Paulo Esteves

Coordenação-Geral: Prof. Javier Vadell

Conselho acadêmico: Prof. Danny Zahreddine; Prof. Eugenio Diniz; Profa. Taiane Las Casas; Prof. Marco Paulo Gomes

Membros: Ana Flávia Lima Teles; Bárbara Gomes Lamas; Carolina Andressa Lima; Carolina Dantas Nogueira; Fernanda Assunção Soares; Jéssica Naime; Rafaella Arruda Melo Pereira; Sílvia H.G. Canêdo; Tiago Cerqueira Lazier; Wesley Robert Pereira.

Os textos aqui divulgados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião oficial do grupo.

Av: Dom José Gaspar, 500 Prédio 04 - Coração Eucarístico - Belo Horizonte - MG - CEP 30535-901 Tel: (31)3319-4257 email: ci@pucminas.br website: <http://www.pucminas.br/conjuntura>